

ANO II - EDIÇÃO Nº 270 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 27 de abril de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 261/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, artigo 17, III, "j", observado o disposto no art. 3º do Ato nº 013, de 05 de março de 2010, e considerando o teor do Documento protocolizado sob o número 07010160318201725;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça CRISTINA SEUSER para exercer a função de Coordenadora das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins – TO, no período de 24/04/2017 a 23/05/2017, durante as férias do titular da função Lissandro Anielo Alves Pedro.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 262/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça ISABELLE ROCHA VALENÇA FIGUEIREDO para responder, cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Almas, a partir do dia 26 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS Nº : 2017/0701/00199

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida referente à indenização de saldo de horas positivas.

INTERESSADA: KARINNE MATOS MOREIRA SANTOS.

DESPACHO Nº 192/2017 – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea "i", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância aos dispostos na Lei Federal nº 4.320/64, considerando o teor do MEM/DG/MP nº 143/2017 e demais documentos correlatos carreados nos autos em epígrafe, RECONHEÇO a dívida de exercício

anterior, no respectivo valor atualizado, conforme apontado adiante, relativa ao pagamento indenizatório de saldo de horas positivas, nos termos do Ato nº 056/2015, em decorrência de exoneração da servidora adiante nominado, ocorrida em 28/03/2016, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento total imediato da respectiva despesa, em favor da servidora a seguir:

CREDOR	VALOR DA REMUNERAÇÃO	SALDO DE HORAS	VALOR HORA NORMAL	VALOR TOTAL DEVIDO ATUALIZADO
KARINNE MATOS MOREIRA SANTOS	R\$ 13.195,54	13,89	R\$ 85,69	R\$ 1.250,02

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a Promoção por Merecimento do Promotor de Justiça de Wanderlândia ADAILTON SARAIVA SILVA, ao cargo de Promotor de Justiça de Arapoema (ATO Nº 015/2017), defere-lhe o exercício, para todos os efeitos legais, determinando que seja consignado em seus assentamentos funcionais a data de 14 de fevereiro de 2017, como termo inicial de assunção ao cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de fevereiro de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ADAILTON SARAIVA SILVA
Promotor de Justiça

DIRETORIA-GERAL

Processo n.º: 2017.0701.00202.

Assunto: Recebimento de bens doados sem ônus.

Interessada: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

DECISÃO Nº. 048/2017 – Considerando toda documentação presente nos autos em epígrafe; Considerando o disposto no art. 4º, §3º, c/c art. 41, inc. IV ambos do Ato nº. 002/2014, além a previsão de delegação conjunta prevista no Ato nº 033/2017, art. 2º, inciso IV, alínea "e" e seu parágrafo único, AUTORIZAMOS o recebimento e a incorporação dos bens móveis permanentes descritos no documento de fls. 04/08 como (PROJETO) UFED TOUCH2 - CELLEBRITE, assim como nas notas fiscais nº 1421 (fl. 36), nº 721 (fl. 37) e nº 722 (fl.38), doados pela Central de Execuções de Penas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

e Medidas Alternativas – CEPEMA sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça e no valor total de R\$ 93.821,17 (noventa e três mil, oitocentos e vinte e um reais e dezessete centavos).

Publique-se no D.O.M.P.E e no D.O.E.

Encaminhe-se os autos à Área de Patrimônio para adoção das medidas ulteriores.

Cumpra-se.

Palmas, 25 de abril de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
PGJ

PROCESSO Nº: 2017.0701.00083

ASSUNTO: Baixa Patrimonial de Bens Móveis.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DECISÃO Nº 049/2017 – O Diretor-Geral, após apreciar o inteiro teor destes autos em apreço, DECIDE com fulcro nos dispostos do artigo 2º, inciso IV, alínea “f”, do Ato/PGJ nº 033/2017, c/c artigo 31, §2º; artigo 32, §§1º, 5º e 6º e artigo 41, incisos II e III, todos do Ato PGJ nº 02/2014, observadas a Portaria nº 016/2017 (fls. 02/03), a Solicitação de Baixa de Bem Patrimonial – SBBP nº 007/2017 (fls. 05/07), a Justificativa de Baixa Nº 007/2017 (fls. 08/09), considerando a manifestação nos termos do Parecer Administrativo nº 045/2017 (fls. 10/14), emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, e demais documentos correlatos neles carreados, AUTORIZA a baixa patrimonial e contábil dos 25 (vinte e cinco) itens relacionados na Solicitação de Baixa de Bem Patrimonial n.º 007/2017, bens móveis considerados inservíveis (sucata) pela Comissão de Baixa, e o encaminhamento dos referidos itens para descarte perante entidade que tenha como atividade a reciclagem de produtos semelhantes.

Encaminhem-se os presentes autos à Área de Patrimônio para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de abril de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
PGJ

PROCESSO Nº: 2017.0701.00075

ASSUNTO: Baixa Patrimonial de Bens Móveis.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DECISÃO Nº 050/2017 – O Diretor-Geral, após apreciar o inteiro teor destes autos em apreço, DECIDE com fulcro nos dispostos do artigo 2º, inciso IV, alínea “f”, do Ato/PGJ nº 033/2017, c/c artigo 31, §2º; artigo 32, §§1º, 5º e 6º e artigo 41, incisos II e III, todos do Ato PGJ nº 02/2014, observadas a Portaria nº 016/2017 (fls. 02/03), a Solicitação de Baixa de Bem Patrimonial – SBBP nº 004/2017 (fls. 05 e verso), a Justificativa de Baixa Nº 004/2017 (fls. 06/07), considerando a manifestação nos termos do Parecer Administrativo nº 042/2017 (fls. 08/12), emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, e demais documentos correlatos neles carreados, AUTORIZA a baixa patrimonial e contábil dos 21 (vinte e um) itens relacionados na Solicitação de Baixa de Bem Patrimonial n.º 004/2017, bens móveis considerados inservíveis (sucata) pela Comissão de Baixa, e o encaminhamento

dos referidos itens para descarte perante entidade que tenha como atividade a reciclagem de produtos semelhantes.

Encaminhem-se os presentes autos à Área de Patrimônio para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de abril de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 196/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 278/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar possíveis danos ambientais causados pela utilização de "lixão" para descarte do lixo produzido em Miracema do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 197/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 285/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar recusa em transporte de idoso, por empresa de Transporte Intermunicipal. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 198/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de

Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 298/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar notícia de ônibus abandonado há mais de um ano em frente de residência, causando problemas por atrair usuários de drogas e possível foco de mosquitos da dengue e zika. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 199/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 257/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar possível recusa de tratamento a paciente portador de hanseníase. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 200/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 296/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar comunicação de possível crime ambiental, em área embargada sendo usada como pastagem. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 201/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 293/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar notícia de ocorrência de violência doméstica, com agressões físicas praticadas por companheiro de vítima. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 202/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 289/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar cumprimento por parte dos hospitais e maternidades, da Lei que institui a obrigatoriedade de cumprimento de protocolo no controle de frêmulos em língua de bebês. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 203/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 288/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar denúncia de falta de pagamento a fornecedores por parte da Prefeitura Municipal de Miracema. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 204/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 232/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar fiscalizar ações do Conselho Municipal de Saúde. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos

estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 205/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 186/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar situação de paciente que necessita de cirurgia de retirada de cisto no ouvido, a ser realizada em Goiânia. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 206/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 270/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar cobrança indevida de exames no Hospital Regional de Miracema. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 207/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 262/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar o estado de trafegabilidade de estrada vicinal rural, que dá acesso ao Assentamento Rural Universo. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 208/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 207/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar falta de acesso a sistema de esgoto sanitário da população de Miracema do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 209/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 251/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar denúncia de que o Secretário Municipal de Educação desativou a "sala de recursos" da Escola Municipal Vilmar Vasconcelos Feitosa. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 210/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 143/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar fornecimento de leite "Supra Soy", para tratamento de saúde de criança alérgica. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas

atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 211/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 219/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar possível poluição sonora provocada pelo estabelecimento "Xana Bacana". Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 212/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 032/2011, instaurado no ano de 2011, visando apurar utilização de água imprópria para consumo humano pela Administração Municipal de Miracema, para abastecer a escola rural Bartolomeu Fraga. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 213/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 241/2015, instaurado no ano de 2015, visando fiscalizar atos realizados no ano de 2015, pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Casa do Idoso. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

os Autos CSMP nº. 214/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 233/2015, instaurado no ano de 2015, visando fiscalizar as ações do Fundo Municipal de Saúde de Miracema do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 215/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 240/2015, instaurado no ano de 2015, visando fiscalizar as ações da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes – APAE de Miracema do Tocantins, no ano de 2015. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 216/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 238/2015, instaurado no ano de 2015, visando fiscalizar as ações do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, durante o ano de 2015. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 217/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 234/2015, instaurado no ano de 2015, visando fiscalizar as ações do Conselho Municipal de Educação, durante o ano de 2015. Informa a qualquer associação legitimada ou

a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 218/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 141/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar possíveis infrações às normas consumeristas, praticadas pela empresa Pipes, que opera a balsa na travessia do Rio Tocantins, entre Miracema e Tocantínia. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 219/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 282/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar fornecimento de medicações prescritas a paciente portadora de doença renal crônica, pela Secretaria Municipal de Saúde. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 220/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 283/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar realização de pesca predatória por profissionais do estado do Pará, que resultou na apreensão de toneladas de peixes. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 221/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 224/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar possível situação de maus tratos vivida pelo idoso T.A.S.. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 222/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 287/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar possível ocorrência de crime ambiental tipificado no art. 29 da Lei 9.605/98, pelo nacional M.S.R.. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 223/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 258/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar negativa pela Secretaria Municipal de Saúde em fornecer exame de eletroneurografia a paciente com fortes dores. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 224/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 260/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar notícia de agressões físicas e psicológicas sofridas por portador de doença mental, por pessoas de seu convívio. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 225/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 264/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar denúncia de alienação de bem público sem prévia autorização por parte do Poder Legislativo. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 226/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 280/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar negativa pela Secretaria Municipal de Saúde de fornecimento de medicação a paciente portador de doença renal crônica em fase de pré transplante. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 227/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 268/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar cobrança de taxa aos comerciantes ambulantes para trabalharem durante a temporada de praia e Miracaxi. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 228/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 266/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar crimes de injúria qualificada e ameaça, sofridos por I.M.B., por moradora do Assentamento Rural Brejinho. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 229/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 250/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar fornecimento do medicamento Sabril, de alto custo, à criança portadora de Síndrome de West. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar

que constam os Autos CSMP nº. 230/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 011/2011, instaurado no ano de 2011, visando levantar informações sobre a averbação de área de reserva legal de propriedades rurais de Miracema do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 231/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 087/2013, instaurado no ano de 2013, visando apurar enriquecimento ilícito da Secretária Municipal de Saúde de Miracema, mediante acumulação indevida de salário. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 232/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 140/2013, instaurado no ano de 2013, visando acompanhamento dos recursos destinados pelo Governo Federal aos Estados e Municípios aderentes ao Plano Viver Sem Limites. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 233/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 211/2014,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

instaurado no ano de 2014, visando indicação por parte do Ministério Público, de conselheiro e suplente para integrar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 234/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 142/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar a não disponibilização de atendimento com médico psiquiatra na rede pública municipal a paciente, para fins de tratamento psiquiátrico. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 235/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 246/2015, instaurado no ano de 2015, visando propositura de Ação de Interdição de Z.S.M., com graves problemas de saúde, internada no Hospital Regional de Miracema, que não possui qualquer parente. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 236/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 230/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar vulnerabilidade social requerendo a tomada de providência no auxílio à família vulnerável.

Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 237/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 190/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar notícia de que Secretário Municipal estaria acumulando ilegalmente dois cargos públicos. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 238/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 228/2015, instaurado no ano de 2015, visando liberação de obra embargada de construção e implantação de Necrotério particular, em Miracema do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 239/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 209/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar devida prestação de tratamento médico a A.P.F., que possui problemas no quadril, com quadros que vem se agravando. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 240/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 215/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar disponibilização pela Secretaria Municipal de Saúde de medicamentos e consulta a J.O.F., com graves problemas de saúde. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 241/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 220/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar disponibilização pela Secretaria Municipal de Saúde do medicamento Rovamicina à grávida diagnosticada com toxoplasmose. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 242/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 221/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar disponibilização do medicamento Tramal a paciente em tratamento. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 243/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 222/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar situação de máquinas doadas pela União por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, adquiridas com recurso do PAC. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 244/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 225/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar possíveis maus-tratos a portador de esquizofrenia, por parte de seu curador. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 245/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 189/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar denúncia de funcionamento de serralheria em imóvel residencial, que tem causado muito barulho, incomodando a vizinhança. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 246/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 210/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar regularidade na prestação do serviço público de transporte escolar na zona rural de Miracema do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 247/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 191/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar qualidade do transporte escolar oferecido aos alunos do Assentamento Rural P.A. Brejinho, tendo ocorrido inclusive ocorrido acidente com uma das alunas, que caiu do veículo por problemas na porta. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 248/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 194/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar disponibilização de tratamento quimioterápico a paciente diagnosticado com a enfermidade oftalmológico edema macular. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 249/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 197/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar possível prática de crime ambiental, em desmatamento de área. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 250/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 130/2013, instaurado no ano de 2013, visando consulta sobre locação de imóvel pertencente a parente de gestora municipal. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 251/2017, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 127/2013, instaurado no ano de 2013, visando consulta sobre regularidade da venda de carne bovina produzida pelo Matadouro Municipal. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 24 de abril de 2017.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 115/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 115/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: informações veiculadas no Memorando 65/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades na execução do Convênio 044/2013, firmado entre a Secretaria Estadual de Saúde e o Hospital e Maternidade Dom Orione, tais como ausência de capacidade instalada para alcançar as metas pactuadas, o não cumprimento das metas pactuadas e ausência de comprovação de devolução de valores pelo HMDO em razão do descumprimento contratual;

INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual de Saúde e o Hospital e Maternidade Dom Orione.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína /TO, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 116/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 116/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: informações veiculadas no Memorando 19/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades na execução do contrato nº 115/2016, firmado entre a SESAU e o Centro Oncológico do Brasil Ltda, processo SES 2015/30550/002026, em que a empresa contratada teria suspenso a realização de exames citopatológicos, anatômico patológicos e biópsias em Araguaína nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, ocasião em que diversas amostras coletadas tiveram de ser descartadas pelo Hospital Regional de Araguaína em razão da recusa na realização dos exames contratados, com severo prejuízo ao diagnóstico e a saúde dos pacientes, sem que a Secretaria Estadual de Saúde tenha adotado as necessárias providências para a regularização da execução contratual, além de informações acerca do direcionamento da licitação e superfaturamento de preços;

INVESTIGADO(S): SESAU e o Centro Oncológico do Brasil Ltda,
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína /TO, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 117/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 117/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: informações veiculadas no Memorando 92/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidade no atendimento do SAMU em Araguaína, onde, nos dias 15/08/2016 e 16/08/2016, em ocasiões consecutivas, a unidade do SAMU deixou de prestar socorro a

paciente em situação de risco à saúde, o qual encontrava-se caído defronte o Supermercado Campelo, em Araguaína, e que em razão da omissão o paciente veio a óbito;

INVESTIGADO(S): SAMU em Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína /TO, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 119/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 119/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: informações veiculadas no Memorando 006/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

FATO(S) EM APURAÇÃO: indicam o descumprimento da Portaria Administrativa Conjunta 05/2016 e irregularidades no cumprimento de carga horária dos profissionais de saúde que atuam no Hospital Regional de Araguaína, bem como a falta de controle efetivo da carga horária e da produtividade dos profissionais por parte da Administração do hospital, havendo indicativo de sobreposição indevida de carga horária de vínculos públicos e privados e o não cumprimento das obrigações do cargo no HRA;

INVESTIGADO(S): Hospital Regional de Araguaína

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína /TO, 17 de abril de 2017.

21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 10/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV da Lei n. 8625/93 e artigo 61, inciso I da Lei Complementar n. 51/2008.

ORIGEM: Autos n. 2015.6.29.21.0616

OBJETO: Acompanhar e promover a resolução dos problemas resultantes das precárias condições elétricas da Escola Municipal Vinícius de Moraes, que impossibilitam o funcionamento de ventiladores, do motor da piscina, bem como dos aparelhos eletrônicos da unidade escolar, fato que acarreta inúmeros transtornos aos alunos.

INVESTIGADOS: Escola Municipal Vinícius de Moraes e Secretaria Municipal de Educação.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas/TO, 01 de abril de 2017.

ZENAIDE APARECIDA DA SILVA
21.ª Promotora de Justiça da Capital

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 001/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 001/2017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

INVESTIGANTE: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Memorando Circular nº 03/2017 CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: implementar a política de atendimento, sobretudo, programas e serviços destinados às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Colinas do Tocantins/TO.

INVESTIGADO: Município de Colinas do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 002/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 002/2017

INVESTIGANTE: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Memorando Circular nº 03/2017 CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: implementar a política de atendimento, sobretudo, programas e serviços destinados às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Bernardo Sayão-TO.

INVESTIGADO: Município de Bernardo Sayão-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 003/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 003/2017

INVESTIGANTE: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Memorando Circular nº 03/2017 CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: implementar a política de atendimento, sobretudo, programas e serviços destinados às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Brasilândia do Tocantins-TO.

INVESTIGADO: Município de Brasilândia do Tocantins-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 004/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 004/2017

INVESTIGANTE: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo

25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Memorando Circular nº 03/2017 CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: implementar a política de atendimento, sobretudo, programas e serviços destinados às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Juarina-TO.

INVESTIGADO: Município de Juarina-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 005/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 005/2017

INVESTIGANTE: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Memorando Circular nº 03/2017 CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: implementar a política de atendimento, sobretudo, programas e serviços destinados às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Presidente Kennedy-TO.

INVESTIGADO: Município de Presidente Kennedy-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 17 de abril de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 006/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 006/2017

INVESTIGANTE: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Memorando Circular nº 03/2017 CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: implementar a política de atendimento, sobretudo, programas e serviços destinados às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Tupiratins-TO.

INVESTIGADO: Município de Tupiratins-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 17 de abril de 2017.

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 005/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 009/2017

INVESTIGANTE: Maria Juliana Naves Dias do Carmo - 7ª Promotora

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

de Justiça da Comarca de Gurupi/TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso I, e 4º, inciso VI, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP; 3º, inciso I, e 10, inciso VII, da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 16/2017

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Meio Ambiente. Poluição.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a existência de imóvel abandonado, na Av. Goiás, em frente ao 4º BPM, que está sendo utilizado por crianças e adolescentes para consumo de entorpecentes, de bebidas alcoólicas e outras práticas ilícitas.

REPRESENTANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi

REPRESENTADO: Proprietário do Imóvel onde funcionava o "Arroz Araguaia" e Município de Gurupi.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 22/03/2017

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 22/03/2018

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 10/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 14/2017

INVESTIGANTE: 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO
FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso I, § 1º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 3º, inciso I, § 1º da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Ato Normativo

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a falta de organização das leis municipais, que impedem o bom exercício do trabalho das autoridades e órgãos públicos, notadamente quanto a questões urbanísticas e de meio ambiente que afetam a 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

REPRESENTANTE: De Ofício

REPRESENTADO: Município de Gurupi-TO e Câmara Municipal de Gurupi-TO.

ÁREA DE ATUAÇÃO: Meio Ambiente, Falências, Concordatas e Precatórias

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 17 de abril de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 17/04/2018

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 11/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 15/2017

INVESTIGANTE: 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO
FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso I, § 1º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 3º, inciso I, § 1º da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 18/2017

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Poluição

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possível inexistência de alvará e projeto de prevenção e combate a incêndio.

REPRESENTANTE: De Ofício

REPRESENTADO: Estabelecimentos Particulares de Ensino de Gurupi-TO.

ÁREA DE ATUAÇÃO: Meio Ambiente, Falências, Concordatas e

Precatórias

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 17 de abril de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 17/04/2018

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO Inquérito Civil Público nº 45/2012

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, Titular da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1º, da Resolução n.º 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da notificação dos interessados através de publicação na Imprensa Oficial ou afixação no mural quando da não localização daqueles que devem ser cientificados das decisões proferidas em Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, NOTIFICO a Representante, JAQUELINE SOARES BARROS BITTAR, acerca da Promoção de arquivamento proferida nos Autos do Inquérito Civil Público nº 45/2012, instaurado para "apurar eventual atraso, por parte do Município de Gurupi-TO, no pagamento de parcelas contratuais com laboratórios privados, para elaboração de exames complementares não feitos na rede pública de saúde". Esclarecendo que os Autos deste Procedimento serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e, caso queiram, até a data da seção em que será homologado ou rejeitado tal arquivamento, as pessoas co-legitimadas poderão interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos, nos termos do art. 21, § 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO e art. 10º, § 1º, da Resolução CNMP n.º 023/2007.

Gurupi-TO, 24 de abril de 2017.

Roberto Freitas Garcia
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 14/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 15/2017

INVESTIGANTE: Roberto Freitas Garcia, 8º Promotor de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso I, e 4º, inciso VI, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP; 3º, inciso I, e 10, inciso VII, da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

DOCUMENTO DE ORIGEM: representação.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar supostos atos de improbidade administrativa, consistentes em ilegalidades envolvendo a contratação de serviços de assessoria jurídica pela Câmara Municipal de Dueré/TO, durante a gestão anterior.

REPRESENTANTE: Câmara Municipal de Dueré/TO

REPRESENTADO: Mouzer Joaquim Ferreira / Emerson dos Santos & Gledson Guedes Advocacia – Assessoria e Consultoria Pública

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 19/04/2017

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/04/2018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 16/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 17/2017

INVESTIGANTE: Roberto Freitas Garcia, 8º Promotor de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso I, e 4.º, inciso VI, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP; 3º, inciso I, e 10, inciso VII, da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

DOCUMENTO DE ORIGEM: representação.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar supostos atos de improbidade administrativa, cometidos durante a gestão 2015/2016, na Câmara Municipal de Dueré/TO, consistentes em contratação ilegal de planos de telefonia móvel celular; aquisição onerosa de bens sem o devido recebimento destes e emissão de cheques, sem suficiente provisão de fundos.

REPRESENTANTE: Câmara Municipal de Dueré/TO

REPRESENTADO: Mouzer Joaquim Ferreira

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 20/04/2017

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 19/04/2018

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 009/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 75/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Dano ao patrimônio público, violação aos princípios administrativos e ato de improbidade administrativa na Concorrência Pública 004/2015 e na contratação dela decorrente em benefício da FUSO ENGENHARIA, CNPJ 04.058.317/0001-30, para realização de obras e terraplanagem, pavimentação e drenagem no loteamento Village Morena, as quais deveriam ter sido realizadas originalmente pelo loteador

INVESTIGADO (S): Município de Município de Porto Nacional e Fuso Engenharia

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 18 de abril de 2017.

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim

de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: ICP 26/17

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei n.º 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei n.º 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual n.º 51/08;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar eventuais irregularidades na aprovação e implantação da infraestrutura básica constituída pelos equipamentos urbanos do licenciamento ambiental, sobre o percentual legal de áreas de preservação municipal do LOTEAMENTO JARDIM DOS IPÊS em Luzimangues, Porto Nacional/TO, bem como de preservação permanente e identificar eventuais responsabilidades.

INTERESSADO(S): MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/TO, L3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., NATURATINS E A COLETIVIDADE.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 29/03/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: ICP 27/17

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei n.º 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei n.º 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual n.º 51/08;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar eventuais irregularidades na aprovação e implantação da infraestrutura básica constituída pelos equipamentos urbanos do licenciamento ambiental, sobre o percentual legal de áreas de preservação municipal do LOTEAMENTO JARDIM MADRI em Luzimangues, Porto Nacional/TO, bem como de preservação permanente e identificar eventuais responsabilidades.

INTERESSADO(S): MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/TO, RBV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., NATURATINS E A COLETIVIDADE.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 29/03/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: ICP 28/17

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei n.º 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei n.º 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual n.º 51/08;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar eventuais irregularidades na aprovação e implantação da infraestrutura básica constituída pelos equipamentos urbanos do licenciamento ambiental, sobre o percentual legal de áreas de preservação municipal do LOTEAMENTO MONTREAL PARK, em Luzimangues, Porto Nacional/TO, bem como de preservação permanente e identificar eventuais responsabilidades.

INTERESSADO(S): MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/TO, M5 INCORPORADORA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA., NATURATINS E A COLETIVIDADE.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 17/04/2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº: ICP 29/17

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, arts. 60, inciso VII e 61 da Lei Complementar Estadual nº 51/08;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar eventuais irregularidades na aprovação e implantação da infraestrutura básica constituída pelos equipamentos urbanos do licenciamento ambiental, sobre o percentual legal de áreas de preservação municipal do LOTEAMENTO RIVIERA DO LAGO, em Luzimangues, Porto Nacional/TO, bem como de preservação permanente e identificar eventuais responsabilidades.

INTERESSADO(S): MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/TO, BRIZA DO LAGO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., NATURATINS E A COLETIVIDADE.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 17/04/2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÇU

EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 01/2017

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 01/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Araguaçu;

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

ORIGEM: Centro de apoio aos Promotores da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Tocantins, Protocolo nº 07010152670201797 e Memorando circular nº 03/2017 - CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar se há leis que criam o Programa de Guarda Subsidiada no Município de Araguaçu/TO;

INVESTIGADA: Município de Araguaçu -TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Araguaçu, em 19 de abril de 2017

Araguaçu/TO, 19 de abril de 2017.

Caleb Melo
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 02/2017

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 02/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Araguaçu;

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei

Complementar Estadual n.º 051/08;

ORIGEM: Centro de apoio aos Promotores da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Tocantins, Protocolo nº 07010152670201797 e Memorando circular nº 03/2017 - CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar se há leis que criam o Programa de Guarda Subsidiada no Município de Sandolândia/TO;

INVESTIGADA: Município de Sandolândia -TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Araguaçu, em 19 de abril de 2017

Araguaçu/TO, 19 de abril de 2017.

Caleb Melo
Promotor de Justiça

Avenida Araguaia, s/n, centro – CEP 77.475-000
(063) 3384.1312

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 13/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, e 100, § 5º, ambos da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, nos termos da Resolução 23/2007 e da Resolução 003/2008 - CNMP

ORIGEM: cópia da decisão exarada nos autos de nº 5001063-31.2012.827.0000, proferida pelo Desembargador Eurípedes Lamounier, Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins

FATO EM APURAÇÃO: eventual responsabilidade fiscal e/ou atos de improbidade administrativa, com possível ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes do não pagamento integral e tempestivo de precatórios, pelo Município de Arapoema-TO

INVESTIGADO: Gestor Municipal de Arapoema-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 30 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 14/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, 144, caput, da Constituição Federal, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08,

ORIGEM: visita e constatação pelo próprio membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.

FATO EM APURAÇÃO: apurar irregularidades na falta de Agente de Polícia Civil e automóvel (viatura) na Comarca de Arapoema/TO.

INVESTIGADO: Município de Arapoema-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 24 de abril de 2017.

Rua Mato Grosso, n. 1378, Centro, Arapoema-TO
Fone: 63 3435-1303